

**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL**

Aos 16 dias do mês de março de 2021, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas E Habitação, na(o) Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**[Presencial e Videoconferência]**

**Parte I – 10H30**

1. Apreciação e votação da **ata n.º 102** referente à reunião de 10 de março de 2021
2. Apreciação e votação do **requerimento** apresentado pelo **CDS-PP** para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação; Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC); Conselho de Administração e Comissão Executiva da ANA Aeroportos de Portugal (Vinci Aeroportos); Professor Doutor Vital Martins Moreira e do Professor Pedro Matias Pereira, sobre Aeroporto do Montijo
3. Discussão do **Projeto de Resolução n.º 942/XIV/2.ª (BE)** – “Recomenda ao Governo a manutenção e reforço do programa 365 Algarve”
4. Discussão do **Projeto de Resolução n.º 973/XIV/2.ª (BE)** – “Integração da linha do Vouga no programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos”
5. Discussão conjunta dos **Projetos de Resolução:**
  - 5.1. **n.º 1075/XIV/2.ª (PCP)** – “Pela defesa da SPdH Groundforce e dos seus trabalhadores”
  - 5.2. **n.º 1087/XIV/2.ª (BE)** – “Pelo controlo público da SPdH - Groundforce para garantir a defesa dos trabalhadores”
6. Apreciação e votação da informação relativa à discussão do **Projeto de Resolução n.º 958/XIV/XIV/2.ª (BE)** – “Pela efetivação do serviço de apoio aos

**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL**

inquilinos e que tramita as denúncias de assédio imobiliário.”

7. Apreciação e votação da informação relativa à discussão conjunta dos **Projetos de Resolução n.os 957/XIV/2.ª (BE)** – “Pela requalificação do troço vale de Santarém – Entroncamento da linha do norte, incluindo a variante em Santarém”, **965/XIV/2.ª (PSD)** – “Construção da variante ferroviária Santarém - Entroncamento da linha do Norte” e **1001/XIV/2.ª (PS)** – “Recomenda ao Governo a modernização da Linha do Norte entre Santarém e Entroncamento e a resolução do problema das Barreiras de Santarém”
  
8. Apreciação e votação das **notas de admissibilidade** das seguintes petições:
  - 8.1. **Petição n.º 203/XIV/2.ª** – “Pela possibilidade de reabertura de estabelecimentos de cabeleireiro e estética por marcações, realização de serviços por domiciliações ou extensão do layoff a quem tenha dívidas”
  
  - 8.2. **Petição n.º 204/XIV/2.ª** – “Proibição de obras (estéticas ou de remodelação) com duração superior a 3 dias, durante períodos de confinamento obrigatório”
  
9. Outros assuntos

**Parte II – 14H00**

Audição do Presidente da IP - Infraestruturas de Portugal sobre “o processo de alienação e do contrato de promessa de compra e venda dos terrenos da antiga estação ferroviária da Boavista pela Infraestruturas de Portugal ao EL Corte Inglês, no Porto”, **a requerimento do BE**

**Obs.:** Audição por videoconferência

---

**Parte I – 10H30**



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL

1. Apreciação e votação da **ata n.º 102** referente à reunião de 10 de março de 2021

Iniciada a reunião, o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Coimbra, submeteu a votação a ata n.º 102/XIV/2.ª, relativa à reunião de 10 de março de 2021, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do PEV, com a inclusão da alteração suscitada pelo GP PCP.

2. Apreciação e votação do **requerimento** apresentado pelo **CDS-PP** para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação; Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC); Conselho de Administração e Comissão Executiva da ANA Aeroportos de Portugal (Vinci Aeroportos); Professor Doutor Vital Martins Moreira e do Professor Pedro Matias Pereira, sobre Aeroporto do Montijo.

Este ponto foi adiado a pedido do GP PS para a próxima reunião.

3. Discussão do **Projeto de Resolução nº 942/XIV/2.ª (BE)** – “Recomenda ao Governo a manutenção e reforço do programa 365 Algarve”

Este ponto foi adiado a pedido do GP PS para a próxima reunião.

4. Discussão do **Projeto de Resolução nº 973/XIV/2.ª (BE)** – “Integração da linha do Vouga no programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos”

A discussão do mencionado Projeto de Resolução ocorreu nos seguintes termos:

Dada a palavra ao Senhor Deputado Moisés Ferreira (BE), foram abordados os impactos positivos da introdução do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), nomeadamente ao nível da redução tarifária, em termos ambientais e também no âmbito do desenvolvimento económico e social. Contudo, referiu que o PART tem mostrado, no entanto, insuficiências na sua concretização, não permitindo uma aplicação homogénea no território e não possibilitando ainda a integração de transportes entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais. Deu conta que o transporte ferroviário da Linha do Vouga é caracterizado pela CP como transporte regional, porém a sua dinâmica assemelha-se ao transporte suburbano, assegurando o transporte



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL**

pendular entre os diversos concelhos do distrito de Aveiro e também com a Área metropolitana do Porto. Explicou que apesar das características da Linha do Vouga a mesma continua sem integrar o PART, o que obriga os passageiros ao pagamento de uma tarifa adicional, para além do passe, para a utilização desse transporte. Fez menção que o Projeto de Resolução apresentado pretende reforçar o PART, aprofundar uma política de redução das tarifas dos transportes públicos e apoiar a revitalização da Linha do Vouga. Saliou a relevância da articulação com as entidades municipais e intermunicipais e com a CP, de forma a incluir a Linha do Vouga no PART. Por fim, considerou a necessidade de introduzir alterações ao PART, de forma a permitir a integração entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais vizinhas e com conexões de transportes públicos.

Pelo Senhor Deputado Hugo Oliveira (PS) foi dito que não considera a Assembleia da República a adequada instância para a resolução do problema evidenciado em referência às tarifas aplicadas na Linha do Vouga. Observou que o PART foi concebido privilegiando um processo de gestão descentralizado, nesse sentido considerou que as Assembleias Municipais e as Áreas Metropolitanas (AM) são os locais privilegiados para a discussão e inclusão dos Municípios no modelo de redução tarifária existente. Saliou que se a Área Metropolitana considerar incluir a linha do Vouga no PART, certamente, a CP não será um obstáculo. Frisou que já ocorre a possibilidade de inclusão de diversas Comunidades Intermunicipais (CIM) e Áreas Metropolitanas no mesmo plano de redução tarifária. Por fim, afirmou que os municípios têm a possibilidade de escolher as modalidades de transportes coletivos, mesmo nos casos sobre gestão privada, porém salvaguardando que a empresa encarregue da prestação do serviço não seja deficitária no serviço que presta.

De seguida, foi solicitada a palavra pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que passou a ler a Resolução da Assembleia da República n.º 64/2020, de 5 de agosto, - “Recomenda ao Governo a articulação tarifária e a redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes”, concluiu, afirmando ocorrer uma repetição da anterior discussão sobre o tema e que o Governo já devia ter dado uma resposta concreta. Igualmente, explicou que em matéria de gestão de transportes rodoviárias de passageiros as competências estão atribuídas



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL**

às CIM e às AM, pelo contrário no âmbito do transporte ferroviário de passageiros as responsabilidades cabem ao Estado Central, inclusive a forma de financiamento. Assim considerou, partindo da lógica apresentada, que o Estado Central, como autoridade responsável pela gestão do transporte ferroviário de passageiros, já devia ter resolvido a situação. Observou que cada CIM tem a legitimidade para aplicar, como bem entender, as verbas atribuídas, usualmente pequenas, relativamente à utilização dos transportes públicos. Porém, observou que nos territórios onde ocorre transporte ferroviário, considerou, que não seria de espantar que o dinheiro do PART seria para pagar à CP. Afirmou que o GP PCP votou contra o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiro, Lei n.º 52/2015, que permitiu a pulverização da gestão de transportes pelas entidades intermunicipais, devido às limitações existentes ao seu financiamento. Por fim, defendeu a posição já assumida pela Assembleia da República, através da aplicação da Resolução à linha do Vouga, mas também a diversas outras linhas ferroviárias. Posteriormente, acrescentou, que o critério de gestão, não depende de uma escolha entre empresas públicas e empresas privadas, mas com as competências e as responsabilidades da autoridade incumbida pela gestão do transporte, e inerentemente com as fontes de financiamento.

Foi solicitada a palavra pelo Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) o qual afirmou que ocorrem imperfeições e incoerências no PART, bem como estarem disseminadas assimetrias gritantes por todo o país. Referiu que os cidadãos que deviam beneficiar do PART, por força da não articulação da gestão dos transportes entre AM e CIM, não estão a ser favorecidos. Mencionou que devia ser atribuída maior latitude às autoridades locais, em face das competências atribuídas, com o intuito de moldar o mapa de apoios para fazer face à redução do tarifário. No seu entender, considerou que o atual desenho na atribuição de incentivos no âmbito do PART não permite resolver as relações entre as AM e as CIM. Observou, que já ocorreram casos de articulação entre CIM e as AM, porém registam-se inúmeros casos de falta de articulação, dando como exemplo a ligação ferroviária entre Vendas Novas e a AM de Lisboa. Por fim, considerou que o Governo deve ser a força motriz para a resolução dos problemas, caso contrário não visualiza solução para as diversas situações de falta de entendimento entre as AM e as CIM.



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL

Por fim, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Moisés Ferreira (BE) para encerramento da discussão do Projeto de Resolução, o qual, reiterou que todos compreendem o problema, porém o GP PS não quer resolver a situação. Mencionou que o princípio da descentralização, quando evocado, não deve originar o descartar das responsabilidades. Referiu que o problema que foi apresentado, de forma detalhada, não descarta todas as outras situações de falta de articulação na gestão do PART existentes no país. Considerou a efetiva necessidade de uma intervenção central, nomeadamente do Estado, por se tratar de uma linha férrea, para resolver a situação tarifária existente na linha do Vouga, evitando que os utilizadores sejam obrigados a pagar duas tarifas.

De seguida, o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Sr. Deputado Pedro Coimbra, deu por encerrada a discussão sobre o PJR n.º 973/XIV/2.ª (BE), agradecendo os contributos de todos os intervenientes.

#### 5. Discussão conjunta dos **Projetos de Resolução**:

- 5.1. n.º 1075/XIV/2.ª (PCP) – “Pela defesa da SPdH Groundforce e dos seus trabalhadores”
- 5.2. n.º 1087/XIV/2.ª (BE) – “Pelo controlo público da SPdH - Groundforce para garantir a defesa dos trabalhadores”

A discussão dos Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 1075/XIV/2.ª (PCP) e 1087/XIV/2.ª (BE) ocorreu nos seguintes termos:

O Sr. Vice-Presidente começou por dar a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que destacou a urgência na realização do debate e referiu que a situação vivida no seio da empresa SPdH – Groundforce é de uma gravidade extrema, por constituir um ataque aos direitos dos trabalhadores através do não pagamento dos salários em atraso e por constante pressão e chantagem sobre os funcionários. Observou que a empresa presta um conjunto de serviços vitais no setor de aviação, não apenas para a TAP, mas também para diversas companhias internacionais de bandeira. Afirmou que GP PCP considera que a empresa não pode ser negligenciada ou dispensável no



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL**

contexto da aviação civil. Em suma, defendeu que nem o país nem o Governo devem deixar cair a SPdH – Groundforce. Considerou que no momento constata-se um conjunto de entraves, tanto da parte da direção da empresa como do Governo, que têm inviabilizado o futuro da empresa. Mencionou que o Governo pronunciou-se argumentando que os trabalhadores não podem estar à espera de que o principal acionista, Senhor Alfredo Casimiro, viabilize uma solução, replicando o Senhor Deputado que, igualmente, os trabalhadores não podem estar à espera de uma intervenção por parte do Governo. Referiu que não deixando de responsabilizar a gestão privada, mas, desde logo, defendendo e propondo que o Governo assuma a sua responsabilidade, uma primeira medida a tomar será o pagamento regular e atempado dos salários dos trabalhadores. Por fim, afirmou a necessidade de garantir a estabilidade e continuidade de uma empresa indispensável no contexto da aviação civil nacional.

De seguida, foi dada a palavra à Senhora Deputada Isabel Pires (BE) que, no uso da mesma afirmou existirem duas questões relevantes e indispensáveis à compreensão da situação da Groundforce e do handling, em primeiro explicou a recente história da empresa, nomeadamente a evolução societária, que culminou com a TAP a deter 49,99% do capital social e a empresa Urbanos, como acionista maioritário, a deter 50,01%, e em segundo a TAP corresponder a um dos principais clientes da Groundforce. Observou que os últimos sete anos a sociedade tem apresentado contas saudáveis, além de obter lucros tem distribuído dividendos, assim mencionou não ser verosímil considerar a empresa insustentável. Igualmente, considerou que a situação vivida no seio da empresa é decorrente da pandemia Covid-19 e das inerentes implicações no setor da aviação. A par do exposto, mencionou a guerra aberta entre os dois acionistas, privado e público, que tem colocado em causa a vida de 2.400 trabalhadores, designadamente pelo não pagamento de salários desde fevereiro. Explicou que a passada sexta-feira era a data limite, para o pagamento da segurança social e de impostos, para a empresa continuar a ser elegível para aceder ao lay-off, porém tal situação foi colocada em causa. Afirmou que os termos da negociação ocorridos entre ambos os acionistas não têm em conta os funcionários, assim como mencionou que o Governo exige uma intervenção por parte do principal acionista, Senhor Alfredo Casimiro, porém frisou que os trabalhadores também não podem estar



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL**

à espera de uma atuação do Governo. Referiu que a situação social registada na empresa não tem justificação, mas tem solução, nomeadamente através do resgate para controlo público das ações detidas por privados, nacionalizando a SPdH – Groundforce. Aliás, salientou que a solução defendida pelo GP BE já tinha sido apresentada para esta empresa no âmbito da anterior discussão referente à tomada do controlo público da TAP. Defendeu, no imediato, o pagamento de salários e garantia da sustentabilidade da empresa, bem como a manutenção dos postos de trabalho. Considerou a SPdH – Groundforce viável e essencial na retoma do setor de aviação, nesse sentido observou a necessidade de intervenção do Governo.

Solicitada a palavra pelo Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) para afirmar que este processo se tem arrastado, penosamente, nos últimos dez meses, aliás, foi público que se encontra pendente uma solicitação de garantia de Estado, no Ministério das Finanças, para viabilizar um empréstimo para a sociedade, porém o Governo tem postergando a decisão. Referiu que o comportamento do Governo tem contribuindo para a atual situação, mencionando que se tivesse cumprido com as suas obrigações, se fosse mais lesto no processo decisório e não se perdesse em teias burocráticas e administrativas, no seu entender a situação seria substancialmente diferente e certamente não ocorreriam salários em atraso e nem a incerteza da manutenção dos postos de trabalho. Considerou a empresa vital para o bom funcionamento do mercado e para a recuperação do setor após a pandemia. Afirmou categoricamente que o Governo fez tudo ao contrário para garantir a viabilidade da empresa. Observou que de ambos os acionistas têm ocorrido violações graves que atentam contra a boa fé negocial. Mencionou que pela forma opaca com o Ministro das Infraestruturas e Habitação gere as situações têm ocorrido conflitos de personalidade que prejudicam o interesse público. Deu nota que Portugal tem de estar capacitado para receber o aumento do fluxo de turistas que vão visitar o país nos próximos dois meses, sendo uma prerrogativa do Governo garantir essas condições. Considerou necessário compreender através do Ministro da tutela, de forma categórica, qual a política a implementar para resolver este problema. Afirmou que o Governo não trata das matérias em tempo oportuno, não procurando encontrar soluções tendo em vista o bem maior, falhando no tempo e no modo de intervenção. Por fim, considerou vital criar um





## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL**

claro quadro de intervenção na empresa tendo em conta a proteção dos trabalhadores, assim como defendeu a viabilização da empresa.

De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Hugo Oliveira (PS) que, no uso da mesma afirmou existir um esforço do Governo, nomeadamente através do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, para resolver o problema dos trabalhadores e da SPdH – Groundforce. Deu conta que o processo em curso é público, bem como abordou a proposta apresentada pelo Governo, no passado fim de semana, tendo em conta a resolução do problema que, aliás, considerou ir ao encontro de algumas alternativas apresentadas pelos GP neste debate para a resolução do problema. Discordou do argumento exposto pelo GP PSD ao mencionar que o Ministro das Infraestruturas e da Habitação leva cabo negociações opacas, nesse sentido, contrapôs, defendeu que o Estado deve exigir garantias ao acionista a bem do interesse público. Reafirmou que o Governo tem exercido todos os esforços para garantir a sustentabilidade da empresa e defender os trabalhadores.

Igualmente, o Senhor Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP) considerou essencial que o Ministro das Infraestruturas e da Habitação se dirija ao Parlamento para prestar explicações sobre a situação da SPdH – Groundforce, na ausência de iniciativa por parte do Ministro o GP CDS-PP viu-se impelido a apresentar um requerimento a exigir a presença do Governo na Comissão com o intuito de obter esclarecimentos. O Sr. Deputado manifestou a importância da empresa no contexto da aviação civil e, similarmente, abordou o impacto da pandemia no setor. Elogiou a positiva gestão privada da empresa, visível através dos estáveis resultados líquidos positivos. Considerou anedótica a proposta de aumento de capital social sugerida pelo Ministro da tutela, explicando que só há aumento de capital social se o acionista maioritário o permitir. Evidenciou a consistência de um padrão de atuação e gestão deste tipo de processos por parte do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, usualmente são públicos, polémicos e revestidos de complexos ideológicos. Salientou ter as maiores dúvidas que a mencionada forma de atuar defenda o interesse público e os trabalhadores. Destacou a necessidade de respeitar os 2.400 trabalhadores da SPdH – Groundforce. Afirmou não compreender a possibilidade de injetar fundos na TAP na ordem dos 1.700 milhões, porém não é concedido o acesso a verbas à SPdH – Groundforce, apesar da TAP ser acionista. Considerou que é da maior



## **Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

### **ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL**

irresponsabilidade, por parte do Governo, arrastar um processo que dura há 8 meses, e que a TAP tem socorrido a SPdH – Groundforce através do pagamento adiantado de faturas com o intuito de fazer injeções de tesouraria para pagamento de salários. Afirmou que a TAP está a declinar responsabilidades perante os 2.400 trabalhadores da sociedade participada SPdH – Groundforce. Deu conta que ocorreu uma gestão privada que deu bom resultados, ao contrário da gestão pública, e que a solução não passa pela nacionalização.

Seguidamente, a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) pediu a palavra para uma intervenção final, fazendo ponto de nota sobre a discussão, afirmando a consensual preocupação com os trabalhadores, porém salientou ocorrer uma estrutural divergência nas soluções a aplicar na resolução do problema. Observou ser notória a dificuldade, ou falta de vontade, por parte de ambos os acionistas em resolver o problema. Considerou que o Estado deve ter uma visão mais abrangente, dado que a TAP é acionista, mas também um dos principais clientes, o que só nota a relação umbilical existente entre ambas as empresas que podia ter sido evitada desde o início no seu entender. Assim, explicou que através da análise feita pelo GP BE, tendo em conta a relação existente entre ambas as empresas, defendeu a nacionalização como umas das soluções e exigiu o pagamento dos salários aos trabalhadores.

Por fim, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) no uso da palavra para uma intervenção final, salientou que SPdH – Groundforce desempenha um papel vital na aviação civil nacional, deu como exemplo o contributo na distribuição das vacinas no combate ao Covid-19 para as regiões autónomas. Afirmou que os trabalhadores estão a ser usados com arma de arremesso negocial, porém os salários dos trabalhadores continuam a não ser pagos. Destacou que o Governo não tem de esperar por debates em Parlamento, nem por votações em Plenário, pelo contrário tem de agir rapidamente intervindo na SPdH – Groundforce. Reiterou que o Governo ao exigir uma intervenção por parte do principal acionista, Senhor Alfredo Casimiro, também não pode aguardar para atuar. Exigiu medidas concretas e imediatas, salientou, no seu entender, que se a TAP tivesse ficado nas mãos de privados, certamente já teria desaparecido, nesse sentido defendeu uma intervenção por parte do Governo na SPdH – Groundforce. Culminando, expôs que



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL

cada dia que passa por ausência de intervenção é um dia perdido para os trabalhadores e para a empresa.

Pelo Senhor Vice-Presidente foi dado como encerrada a discussão dos projetos de resolução ora em apreço.

6. Apreciação e votação da informação relativa à discussão do **Projeto de Resolução nº 958/XIV/XIV/2.ª (BE)** – “Pela efetivação do serviço de apoio aos inquilinos e que tramita as denúncias de assédio imobiliário.”

O Senhor Presidente colocou a informação relativa à discussão do Projeto de Resolução nº 958/XIV/XIV/2.ª (BE) – “Pela efetivação do serviço de apoio aos inquilinos e que tramita as denúncias de assédio imobiliário.” à votação, tendo sido aprovado com os votos a favor do PS, do PSD, do BE, do PCP, e com a abstenção do CDS-PP, registando-se a ausência do PAN e do PEV.

7. Apreciação e votação da informação relativa à discussão conjunta dos **Projetos de Resolução n.os 957/XIV/2.ª (BE)** – “Pela requalificação do troço vale de Santarém – Entroncamento da linha do norte, incluindo a variante em Santarém”, **965/XIV/2.ª (PSD)** – “Construção da variante ferroviária Santarém - Entroncamento da linha do Norte” e **1001/XIV/2.ª (PS)** – “Recomenda ao Governo a modernização da Linha do Norte entre Santarém e Entroncamento e a resolução do problema das Barreiras de Santarém”

O Senhor Presidente colocou a informação relativa à discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.os 957/XIV/2.ª (BE) – “Pela requalificação do troço vale de Santarém – Entroncamento da linha do norte, incluindo a variante em Santarém”, 965/XIV/2.ª (PSD) – “Construção da variante ferroviária Santarém - Entroncamento da linha do Norte” e 1001/XIV/2.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a modernização da Linha do Norte entre Santarém e Entroncamento e a resolução do problema das Barreiras de Santarém” à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do PEV.



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL

#### 8. Apreciação e votação das **notas de admissibilidade** das seguintes petições:

##### 8.1. **Petição n.º 203/XIV/2.ª** – “Pela possibilidade de reabertura de estabelecimentos de cabeleireiro e estética por marcações, realização de serviços por domiciliações ou extensão do *lay-off* a quem tenha dívidas”

O Senhor Vice-Presidente da Comissão colocou a nota de admissibilidade da Petição n.º 203/XIV/2.ª – “Pela possibilidade de reabertura de estabelecimentos de cabeleireiro e estética por marcações, realização de serviços por domiciliações ou extensão do *lay-off* a quem tenha dívidas”, à votação, que foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do PEV.

De imediato o Senhor Vice-Presidente deu nota que a nomeação do Deputado relator cabe ao GP PS, tendo o respetivo GP dado indicação que posteriormente comunicaria o Deputado a designar.

##### 8.2. **Petição n.º 204/XIV/2.ª** – “Proibição de obras (estéticas ou de remodelação) com duração superior a 3 dias, durante períodos de confinamento obrigatório”

O Senhor Vice-Presidente Presidente da Comissão colocou a nota de admissibilidade da Petição n.º 204/XIV/2.ª – “Proibição de obras (estéticas ou de remodelação) com duração superior a 3 dias, durante períodos de confinamento obrigatório”, à votação, que foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do PEV. De igual modo, foi deliberado proceder-se nos termos sugeridos na nota de admissibilidade.

#### 9. Outros assuntos

O Senhor Vice-Presidente deu conhecimento das seguintes iniciativas que baixaram à Comissão.

##### 9.1. Baixou à Comissão o **Projeto de Lei 724/XIV/2ª (BE)** – “Regime extraordinário de apoio à manutenção de habitação e espaços comerciais no período de mitigação e recuperação do SARS Cov-2 (6.ª alteração à Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril)”

**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL**

De imediato o Senhor Vice-Presidente deu nota que a nomeação do Deputado relator cabe ao GP PS, tendo o respetivo GP dado indicação que posteriormente comunicaria o Deputado a designar.

**9.2. Baixaram para apreciação na especialidade os seguintes Projetos de Resolução:**

**9.2.1. nº 822/XIV/2ª (BE)** – “Pela requalificação de toda a linha do Douro (Ermesinde – Barca de Alva e subsequente ligação a Salamanca)”

**9.2.2. nº 834/XIV/2ª (PAN)** – “Requalificação e funcionamento da Linha do Douro (Ermesinde - Barca d’Alva) e subsequente ligação a Salamanca”

**9.2.3. nº 843/XIV/2ª (PSD)** – “Recomenda ao Governo que promova a modernização e eletrificação da linha do Douro até Barca d’Alva e a reposição da sua conexão com a rede ferroviária espanhola”

**9.2.4. nº 847/XIV/2ª (PCP)** – “Pela requalificação e reabertura da Linha do Douro até Barca d’Alva e restabelecimento da ligação ferroviária internacional”

**9.2.5. nº 986/XIV/2ª (PEV)** – “Em defesa da linha do Douro e pela reativação dos ramais”

**9.3. Baixou para apreciação na especialidade o seguinte Projetos de Resolução:**

**9.3.1. nº 1083/XIV/2ª (PSD):** “Recomenda a criação de um Mecanismo Único de Acesso aos Apoios pelas Empresas e Empresários em Nome Individual, no âmbito da Pandemia de Covid-19”



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL

Audição do Presidente da IP - Infraestruturas de Portugal sobre “o processo de alienação e do contrato de promessa de compra e venda dos terrenos da antiga estação ferroviária da Boavista pela Infraestruturas de Portugal ao EL Corte Inglês, no Porto”, **a requerimento do BE**

**Obs.:** Audição por videoconferência

O Sr. Vice-Presidente da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, Deputado Pedro Coimbra, começou por dar início à 2.º parte da reunião, dando as boas vindas ao Presidente da IP - Infraestruturas de Portugal, Eng.º António Laranjo, e restante equipa que o acompanhava, bem como a todos os Deputados presentes e aos que se encontravam a assistir à audição através do sistema de videoconferência.

Após a intervenção inicial do Presidente da IP - Infraestruturas de Portugal, em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Maria Manuel Rola (BE), Alberto Machado (PSD), Hugo Carvalho (PS), Ana Mesquita (PCP), Cecília Meireles (CDS-PP), Bebiãna Cunha (PAN), tendo o Senhor Presidente da IP - Infraestruturas de Portugal respondido, individualmente, às perguntas colocadas pelos Senhores Deputados.

A segunda e última ronda de perguntas, foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Alberto Machado (PSD), Maria Manuel Rola (BE) e Ana Mesquita (PCP) tendo o Sr. Presidente da IP - Infraestruturas de Portugal respondido, globalmente, ao conjunto das questões suscitadas. Por fim, a Senhor Deputada Ana Mesquita (PCP) solicitou, através de requerimento oral, a disponibilização dos contratos mencionados pelo Senhor Presidente da IP - Infraestruturas de Portugal.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante da presente ata, e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

A reunião foi encerrada às 16:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**

Palácio de São Bento, 17 de março de 2021.

**O VICE-PRESIDENTE**

**(PEDRO COIMBRA)**



**Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação**

**ATA NÚMERO 103/XIV/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista (PS)  
Carlos Pereira (PS)  
Hugo Carvalho (PS)  
Hugo Costa (PS)  
Hugo Oliveira (PS)  
Jamila Madeira (PS)  
José Rui Cruz (PS)  
Nuno Fazenda (PS)  
Pedro Coimbra (PS)  
Ricardo Leão (PS)  
António Topa (PSD)  
Carlos Silva (PSD)  
Cristóvão Norte (PSD)  
Emídio Guerreiro (PSD)  
Filipa Roseta (PSD)  
Isabel Lopes (PSD)  
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)  
Sofia Matos (PSD)  
Isabel Pires (BE)  
Maria Manuel Rola (BE)  
Bruno Dias (PCP)  
João Gonçalves Pereira (CDS-PP)  
Inês De Sousa Real (PAN)  
José Luís Ferreira (PEV)  
Ana Paula Vitorino (PS)  
Cristina Mendes Da Silva (PS)  
Filipe Pacheco (PS)  
Hortense Martins (PS)  
Afonso Oliveira (PSD)  
Duarte Marques (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Márcia Passos (PSD)  
Pedro Pinto (PSD)  
Bebiana Cunha (PAN)  
Alberto Machado (PSD)  
Cecília Meireles (CDS-PP)